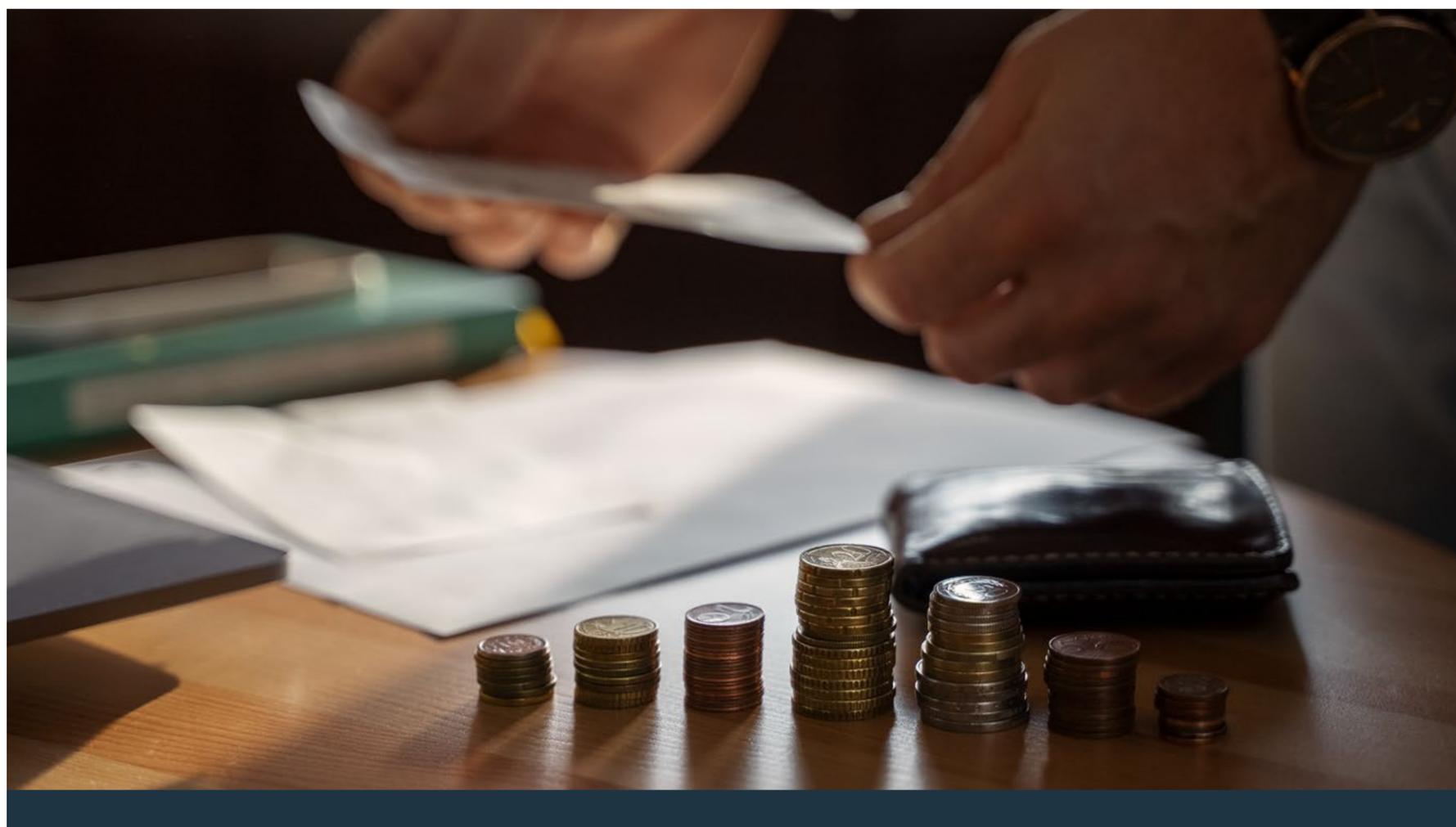


apoio:

bluefit
A SUA ACADEMIACOLÉGIO
CASSIANO
RICARDO**pontz**[®]
CONSÓRCIO

Reforma Tributária: como os empresários podem se preparar para as mudanças?

A convite do Desenvolve Vale, advogados e especialistas em direito tributário destacam os principais pontos que devem ser discutidos com o novo modelo de tributação que será implementado a partir de 2027



A regulamentação da Reforma Tributária, um dos temas mais debatidos no Congresso em 2024, segue repercutindo no meio empresarial. A proposta busca simplificar e unificar a tributação, com uma fase de testes a partir de 2026, quando as notas fiscais trarão alíquotas-teste para IBS e CBS. Esse período visa familiarizar os contribuintes antes da cobrança efetiva, que começa em 2027 e se completa até 2033.

Durante a transição, os sistemas antigo e novo coexistirão, permitindo adaptação gradual para empresas e consumidores. Mas quais são os principais desafios e impactos para os empresários? Para esclarecer essas questões, especialistas e membros do **Desenvolve Vale** analisam os efeitos da reforma: os advogados Flaviana Bissoli e Milton Schivitaro, da Finocchio e Ustra Advogados Associados explicam os impactos jurídicos; Renata Galvão, da Simões Pires, destaca a importância do planejamento fiscal; e Denilson Alves de Oliveira, da Alves Oliveira e Advocacia, avalia os reflexos na competitividade empresarial. Confira os principais pontos da discussão.

MUDANÇAS NA ROTINA CONTÁBIL E IMPACTO NO SIMPLES NACIONAL

O que muda na rotina contábil e na forma de calcular os tributos?

A transição para o novo sistema tributário (2026-2032) trará desafios contábeis e fiscais, pois as empresas precisarão calcular e declarar três novos tributos – CBS, IBS e IS (quando aplicável) – além dos tributos atuais. Isso aumentará a complexidade das apurações, exigindo ajustes nos sistemas operacionais e maior dedicação dos profissionais da área.

Impactos para empresas do Simples Nacional

A reforma pode gerar perda de mercado e aumento de custos para empresas do Simples Nacional, já que seus clientes do Lucro Real deixarão de se creditar de PIS e COFINS (9,25%). Para evitar impacto na competitividade, essas empresas podem adotar o sistema de débito e crédito, mas isso exigirá maior complexidade operacional.

Como minimizar impactos e aproveitar benefícios?

A preparação é essencial. As empresas devem estudar os efeitos da reforma sobre sua operação e envolver diversas áreas – contábil, fiscal, logística, TI e contratos – para uma transição eficiente. Embora a mudança seja gradual até 2032, PIS e COFINS serão extintos já em 2025, o que abre oportunidades para a recuperação de créditos tributários antes dessa data.



Renata Galvão

Advogada da Simões Pires

DESAFIOS JURÍDICOS: COMO SE PREPARAR E MINIMIZAR RISCOS FISCAIS?

Principais desafios jurídicos da reforma tributária

A coexistência dos dois sistemas tributários será um grande desafio na transição. Até 2033, conviveremos com as regras atuais e as do novo sistema, que substituirá gradualmente tributos antigos. A adaptação exigirá atenção para evitar riscos fiscais.

Como se preparar para reduzir riscos fiscais?

Empresas devem iniciar a implementação da reforma o quanto antes, mapeando impactos no negócio. A precificação de produtos/serviços e aquisições precisa ser analisada, considerando o custo líquido após os créditos tributários, o que pode demandar renegociação com clientes e fornecedores.

Quais setores enfrentarão mais desafios?

Setores como serviços e imobiliário podem ser afetados, pois hoje pagam alíquotas mais baixas. Já produtores de defensivos e fertilizantes agro, que dependem de importações, podem sofrer com acúmulo de crédito tributário, cujo ressarcimento pode demorar mais de um ano, impactando o fluxo de caixa.



Flaviana Bissoli



Milton Schivitaro

Advogados da Finocchio e Ustra
Advogados Associados

COMPETITIVIDADE E A PRECIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

A reforma pode tornar o ambiente de negócios mais competitivo?

Sim, diante da proposta de simplificação do sistema, também diante do regime de desoneração para aquisição de bens de capital, manutenção da desoneração tributária na exportação e por conta do sistema de split payment que poderá proporcionar maior agilidade no meios de pagamentos dos fornecedores, apropriação de créditos tributários e pagamento dos tributos, porém haverá ainda efeitos negativos que desafiarão as empresas que devem também ser considerados na competitividade.

Pequenas e médias empresas podem ser beneficiadas ou prejudicadas?

O benefício ou prejuízo dependerá, em parte, do modelo de negócio adotado pelas pequenas e médias empresas. Isto é, se o foco for a venda para empresas ou para pessoas físicas, essa diferença tende a ocorrer, pois o Simples Nacional continuará existindo. Nesse sentido, se uma pequena empresa tiver como clientes outras empresas, as chances de sair prejudicada são grandes; já se os clientes forem pessoas físicas, ela pode se beneficiar. Por isso, será necessária uma assessoria constante..

Como o novo modelo pode afetar a precificação de produtos e serviços?

A reforma beneficiará a indústria, tornando-a mais competitiva no mercado nacional e internacional. Porém, setores como serviços e construção civil enfrentarão aumento de custos, o que pode reduzir a demanda, já que a renda da população não aumentará na mesma proporção.



Rafael de Castro Spadotto
Sócio de Tributário da Alves
Oliveira Advocacia



Denilson Alves de Oliveira
CEO da Alves Oliveira Advocacia